



RELATÓRIO DE STEWARDSHIP 2019

ÍNDICE

APRESENTAÇÃO	3
PRINCÍPIO 1.....	4
PRINCÍPIO 2.....	5
PRINCÍPIO 3.....	6
PRINCÍPIO 4.....	7
PRINCÍPIO 5.....	8
PRINCÍPIO 6.....	8
PRINCÍPIO 7.....	9

EXPEDIENTE

Conteúdo

Gerência de Renda Variável

Suporte técnico



APRESENTAÇÃO

A Petros, em seu papel de gestora dos recursos de seus participantes e beneficiários, reconhece seu dever fiduciário e a importância de exercer esta gestão com diligência e excelência. A adesão ao Código de Stewardship da Associação de Investidores do Mercado de Capitais, AMEC, é um compromisso público com o monitoramento dos valores mobiliários da Fundação, alinhado às melhores práticas de mercado no Brasil e internacionalmente.

Este relatório acompanha um processo de reestruturação e revisão dos procedimentos da Petros, que em 2019 promoveu um movimento orientado para o aprimoramento da governança, controles internos e processos de gestão, envolvendo todas as áreas da Fundação. A adequada comunicação e reporte ao mercado faz parte deste movimento e, neste contexto, a Petros apresenta seu primeiro relatório de *stewardship*.

O documento se baseia nos 7 princípios do Código de Stewardship da AMEC, apresentando a visão e as principais iniciativas da Entidade sob cada um dos aspectos do Código. O compromisso com estes princípios é uma jornada de longo prazo e de aprimoramento contínuo, que a Petros assume como parte de sua responsabilidade para garantir a integridade da instituição e a confiança de seus participantes.

Os princípios do Código de Stewardship AMEC

Princípio 1 – Implementar e divulgar programa de *stewardship*

Princípio 2 – Implementar e divulgar mecanismos de administração de conflito de interesses

Princípio 3 – Considerar aspectos ASG nos seus processos de investimento e atividades de *stewardship*

Princípio 4 – Monitorar emissores de valores mobiliários investidos

Princípio 5 – Ser ativos e diligentes no exercício dos seus direitos de voto

Princípio 6 – Definir critérios de engajamento coletivo

Princípio 7 – Dar transparência em suas atividades de *stewardship*

PRINCÍPIO 1

IMPLEMENTAR E DIVULGAR PROGRAMA DE STEWARDSHIP

O desenvolvimento e implantação do Programa de Stewardship da Petros está alinhado ao processo de reestruturação e governança da Fundação. A adesão ao Código de Stewardship é um compromisso público que deriva do trabalho que a instituição vem conduzindo junto às suas áreas, participantes e ao mercado, de revisão de suas políticas, processos e estrutura de controles.

A revisão dos processos passou especialmente pelas áreas jurídica, de *compliance* e gestão de riscos, com o desenvolvimento de normativos e a elaboração da primeira matriz de riscos corporativos da Petros, aprovada este ano. 2019 também foi o primeiro ano que contou com a atuação, durante os 12 meses, do Comitê de Auditoria da Fundação, órgão de apoio ao Conselho Deliberativo de grande importância no monitoramento da qualidade dos processos de gerenciamento de riscos e controles internos.

Entre os avanços de 2019, alguns dizem respeito diretamente às práticas do Código de Stewardship. É o caso da aprovação da Política de voto em assembleias gerais de acionistas, com o estabelecimento de critérios de relevância de participação acionária, além da Política de Partes Relacionadas, que visa à gestão de potenciais conflitos de interesse. Na gestão de investimentos, o aprimoramento das metodologias de gestão de ativos e passivos, ou *Asset Liability Management* (ALM) considerou as especificidades de cada plano para o estabelecimento de limites de exposição a risco, alinhando-se às melhores práticas de mercado e considera o compromisso de longo prazo da Fundação com seus participantes.

A implantação do Programa de Stewardship da Fundação se inicia pela Gerência de Renda Variável, com o entendimento que a aplicabilidade dos princípios do Código de Stewardship tem maior relevância sobre esta classe de ativos, mas conta com o apoio e participação de áreas como Riscos, Compliance, Jurídico e a supervisão da Diretoria Executiva. Com o desenvolvimento e aprimoramento do programa, outras classes de ativos serão envolvidas para a implantação transversal das práticas de *stewardship* da Fundação.

Em 2019, além da adesão ao Código de Stewardship, a Petros iniciou um trabalho intenso para a conquista do Selo de Autorregulação em Governança Corporativa da Associação Brasileira de Entidades Fechadas de Previdência Complementar, Abrapp.

O esforço envolveu a realização de um diagnóstico junto às áreas internas, estabelecimento de planos de ação e, em 2020, a Fundação objetiva entrar com o pedido de obtenção do selo. Desde 2018 a Petros possui também o Selo de Autorregulação em Governança de Investimentos da Abrapp, atestando seu alinhamento às práticas de governança de investimentos estabelecidas pela Associação. A linha de base de todos estes compromissos é a boa gestão de processos internos, a diligência na gestão de recursos e o monitoramento adequado dos valores mobiliários, práticas que compõem o Programa de Stewardship da Fundação.

PRINCÍPIO 2

IMPLEMENTAR E DIVULGAR MECANISMOS DE ADMINISTRAÇÃO DE CONFLITOS DE INTERESSE

A administração de conflitos de interesse é uma atividade transversal às áreas e órgãos deliberativos da Petros. Desde 2017 a Fundação possui uma Política de Conflito de Interesses, que estabelece diretrizes para o relacionamento entre os profissionais e parceiros da instituição. Além desta política, outros normativos e instâncias da governança endereçam o tema.

O [Programa de Integridade da Petros](#) aborda um conjunto de documentos que endereçam o tema, desde o Código de Condutas Éticas aos normativos internos que estabelecem as instâncias e medidas de prevenção e combate a quaisquer conflitos de interesse. A área de Gestão de Riscos é a área responsável pela gestão, melhoria e manutenção do Programa, com apoio das demais áreas e reporte à Alta Administração.

Em 2019, foi realizado um trabalho extenso de avaliação e revisão do Programa de Integridade, que levou à reestruturação das áreas e instâncias responsáveis pela gestão e investigação de conflitos de interesse. Foram desenvolvidas as políticas de **Medidas Disciplinares** e de **Transações com Partes Relacionadas**, que deliberam sobre os potenciais conflitos de interesse na relação com patrocinadores e outros *stakeholders*, bem como as medidas e consequências a serem tomadas em casos de infrações administrativas.

Internamente, a Petros conta com um Comitê de Controles internos para assuntos administrativos e um Comitê de Precificação para a avaliação e precificação de ativos ilíquidos. Neste último, são feitas avaliações de laudos externos de valoração de participações, ativos imobiliários e outros ativos ilíquidos, com o objetivo de garantir a confiabilidade da avaliação dos investimentos da Fundação. Ainda na gestão de investimentos, a seleção e avaliação de gestores terceiros passa por um processo interno que considera as questões de conflito de interesse.

Outro aspecto relevante na gestão de conflito de interesse é a indicação de Conselheiros e membros de comitês de apoio ao Conselho de Administração das empresas investidas da Petros. O processo de indicação envolve tanto as áreas de investimentos, que avaliam as competências técnicas e experiência profissional dos candidatos, como a área jurídica, responsável pela análise reputacional e de potenciais conflitos de interesse na indicação. Uma vez instituídos, os Conselheiros votam de forma autônoma, garantindo sua independência. Todos os membros de Conselho indicados pela Fundação passam por uma avaliação anual junto à Petros, que inclui entre os seus critérios a postura em relação às questões de integridade, ética e conflito de interesse, alinhados aos princípios do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa (IBGC).

PRINCÍPIO 3

CONSIDERAR ASPECTOS ASG NOS SEUS PROCESSOS DE INVESTIMENTO E ATIVIDADES DE STEWARDSHIP

Os aspectos ambientais, sociais e de governança corporativa (ASG) se apresentam como um fator de crescente importância na gestão de riscos e valorização de ativos. Neste sentido, entende-se que a sua observância e consideração na decisão de investimentos é não somente uma boa prática de mercado, mas um componente importante do dever fiduciário de gestores de ativos.

A relevância destes aspectos é reconhecida não apenas em âmbito mercadológico, mas também regulatório. Em 2018 foram publicadas a Resolução 4661/2018 do Conselho Monetário Nacional (CMN), que regula as atividades das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPC), e a Instrução 6 da Superintendência Nacional de Previdência Complementar (Previc). Ambas trazem em seus textos a importância de analisar, sempre que possível, riscos ASG relacionados à atividade de gestão de investimentos. Na Instrução 6/2018., o aprofundamento inclui um olhar setorial para estas questões, considerando a relevância dos aspectos ASG de acordo com as atividades econômicas das empresas investidas.

A Petros vem aprimorando constantemente sua metodologia de integração ASG com o desenvolvimento de competências internas, contratação de especialistas e diálogo constante com o mercado. A Fundação conta com uma normativa interna relativa à sua metodologia de análise das questões ASG, baseada nas principais referências de mercado para a gestão e reporte destes aspectos pelas empresas investidas. A metodologia aborda, especialmente:

- Para a avaliação de empresas:
 - Aspectos ASG a serem considerados na avaliação das empresas investidas
 - Classificação e ponderação destes aspectos na avaliação de empresas, em relação a outros aspectos econômico-financeiros
 - Orientações para o engajamento e monitoramento das práticas ASG das empresas
- Para a seleção de gestores terceiros
 - Diretrizes sobre a adoção de políticas e compromissos com os temas ASG
 - Representatividade da estratégia de investimentos que considera as questões ASG em relação ao patrimônio do gestor
 - Metodologia e critérios utilizados na análise e alocação de ativos
 - Classificação e ponderação destes aspectos na seleção e avaliação dos gestores

Em 2019, a Petros contratou uma consultoria especializada para apoiar a Fundação na integração dos aspectos ASG em seu processo de análise e gestão de investimentos. O projeto inclui não apenas o fornecimento de relatórios das empresas investidas, mas um olhar transversal para os processos de análise de empresas, inicialmente previsto para os ativos de renda variável. Em 2020, o trabalho abordará uma análise mais aprofundada da exposição a riscos ASG dos ativos da Fundação, bem como a integração destas questões às análises econômico-financeiras feitas pela equipe de investimentos e, conseqüentemente, aos processos de formação de carteiras da instituição.

PRINCÍPIO 4

MONITORAR EMISSORES DE VALORES MOBILIÁRIOS INVESTIDOS

A formação das carteiras de ativos da Petros tem como principal fundamento a Política de Investimentos da Fundação, aprovada anualmente pelo Conselho Deliberativo, apoiado pelo Comitê de Investimentos, e monitorada em relação ao seu cumprimento pelas áreas de Riscos e *compliance*. As equipes de investimentos, independente da classe de ativos, são responsáveis pelo constante monitoramento dos ativos em carteira, apoiados pelas equipes de gestão de riscos, comitês de investimentos e demais alçadas de deliberação da Fundação.

Está acontecendo uma revisão da estrutura de comitês da Petros, com o objetivo de simplificar e tornar mais efetiva a governança dos investimentos. Alguns comitês serão consolidados para que a Fundação tenha uma estrutura de governança adequada, célere e transparente. Atualmente, a estrutura abrange as gerências de investimento em suas diferentes classes de ativos, colegiados com alçadas para deliberação específica e a Diretoria Executiva, que atua como um colegiado multidisciplinar na supervisão das estratégias e decisões de investimentos.



Outro aspecto relevante no monitoramento dos ativos é a atuação da área de gestão de riscos. O trabalho envolve a avaliação e monitoramento das carteiras em relação aos riscos de crédito, mercado, liquidez, solvência, atuarial, além dos riscos relacionados às atividades da própria Fundação, como o risco operacional, legal e reputacional. A atuação da área de Gestão de Riscos vem se intensificando nos últimos anos, com o estabelecimento em 2019 de uma metodologia de gestão de riscos desenhada para incorporar as especificidades de cada plano na determinação e acompanhamento dos limites de exposição ao risco. Este olhar não apenas garante a conformidade das carteiras com a Política de Investimentos, mas também apoia as áreas de investimentos no processo de alocação e monitoramento de ativos.

PRINCÍPIO 5

SER ATIVOS E DILIGENTES NO EXERCÍCIO DOS SEUS DIREITOS DE VOTO

A participação do investidor institucional junto às empresas investidas é importante não apenas para fins de monitoramento dos ativos e adequada gestão dos recursos, mas permite ao acionista influenciar as empresas investida na adoção de melhores práticas de gestão. O exercício do direito de voto é importante para que a Fundação defenda os interesses de seus participantes e zele pela geração de valor de seus ativos.

Em 2019, foi aprovada pelo Conselho Deliberativo a Política de Voto em Assembleias Gerais de Acionistas, que delibera sobre os critérios para a participação da Fundação nestes eventos, em relação a:

- % de participação nas empresas (aplicável aos ativos de Renda Variável)
- Matérias relevantes, cujo voto é obrigatório

A Petros divulga trimestralmente em seu site todas as informações sobre a **participação em assembleias de acionistas**, em conformidade com as melhores práticas de mercado e com a regulação, atendendo à Instrução Instrução Previc 13/2014.

PRINCÍPIO 6

DEFINIR CRITÉRIOS DE ENGAJAMENTO COLETIVO

As ações de engajamento, assim como o voto em assembleia, são fundamentais para que os investidores institucionais possam encorajar as empresas investidas a aprimorarem suas práticas de governança, gestão e transparência com o mercado. Para tanto, a Petros adota duas medidas principais de engajamento e participação junto às empresas de sua carteira.

A indicação de Conselheiros é uma forma de influenciar boas práticas. Neste processo, a Petros possui uma metodologia interna de mapeamento e construção de um banco de Conselheiros, com diferentes especialidades e perfis que são adequados ao momento e setor de atuação das empresas de seus portfólios. Ao -verificar a oportunidade de indicação, os possíveis Conselheiros são identificados dentro deste banco de dados, que considera a formação técnica, experiência profissional e certificação em áreas específicas, além da avaliação reputacional conduzida pela área de *compliance*, já mencionada no Princípio 2 deste documento. No processo de avaliação destes Conselheiros, que possui um normativo interno específico, avaliam-se principalmente posturas ligadas à aplicação do Código de Melhores Práticas de Governança Corporativa, do IBGC, além das atividades e condutas nos respectivos órgãos de deliberação.

Para todas as empresas, inclusive as que não contam com indicações no Conselho, a Petros procura identificar temas e formas adequadas de engajamento, individual ou colaborativo. A metodologia ASG da Fundação, por exemplo, traz em seu conteúdo a elaboração de recomendações de melhoria das empresas, que deve ser acompanhada pela área de investimentos e, a partir deste ano, conta com o apoio de uma consultoria especializada. Em 2020, está prevista a aprovação de um normativo específico de engajamento, que orientará os critérios e temas relevantes para a interação da Fundação com as empresas que compõem a sua carteira de ativos.

Colaborativamente, a Petros participa dos fóruns de investimento e integração ASG em associações como a Abrapp e a AMEC, em que busca participar ativamente dos debates e ações de engajamento em conjunto com outros investidores institucionais. A participação nestes engajamentos é conduzida pela Gerência de Renda Variável, que coordena internamente a participação e monitoramento destas interações.

PRINCÍPIO 7

DAR TRANSPARÊNCIA ÀS SUAS ATIVIDADES DE STEWARDSHIP

A transparência não faz parte apenas da Missão e Visão da Petros, mas integra cada vez mais as decisões estratégicas e revisões de processos internos da Fundação. Para reforçar esse compromisso, a instituição vem ampliando as suas comunicações com o mercado e especialmente com seus participantes, dando visibilidade à condução das atividades internas e gestão dos seus investimentos.

Em agosto de 2019 foi publicada a primeira Carta Mensal de Investimentos, que apresenta aos participantes um resumo das estratégias de investimento e desempenho das carteiras dos diferentes planos da Fundação. O relatório faz parte de um projeto mais amplo de revisão da linguagem de comunicação com os participantes e o aumento do engajamento deste público com a Petros, com o objetivo de promover uma cultura de transparência, ética e governança.

Além do site da Fundação, que apresenta diversos documentos públicos como políticas, publicações e informações sobre os planos de benefícios, a Petros consolida as suas principais iniciativas e resultados em seu [Relatório Anual](#), que este ano conta com um hotsite específico para simplificação da navegação e leitura por quaisquer *stakeholders*. Especificamente sobre o Programa de Stewardship, este é o primeiro relatório anual elaborado para a AMEC, que visa não somente ao reporte do aprimoramento das práticas internas e de gestão de investimentos da Fundação, mas também ao reforço do compromisso institucional com o mercado.

